



# Conferência de Imprensa da FNE

12 de Setembro de 2007

## 2007/2008: MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO

### COMBATER A PRECARIIDADE E AS INJUSTIÇAS

No dia da abertura do ano lectivo de 2007/2008, a FNE considera que a insatisfação que generalizadamente os trabalhadores da educação portugueses hoje sentem, embora não tenha repercussões ao nível da qualidade do seu empenhamento profissional, certamente que não deixará margem para que este Ministério da Educação prossiga uma acção que não conduza a mudanças positivas no funcionamento do sistema educativo português.

Apostado na divulgação sucessiva de medidas que não passam de operações de auto-promoção junto da opinião pública, o Governo tem procurado esconder as fragilidades e inconsequências da sua acção ao evitar reconhecer os erros de funcionamento do sistema educativo.

**O que até há pouco tempo eram factores de estabilidade e segurança para os portugueses estão hoje transformados em episódios sucessivos de incompetência e irresponsabilidade.**

**Com efeito,**

Os **exames** nacionais foram restabelecidos há poucos anos sob a marca de grande rigor e exigência com provas concebidas e lançadas sem contestação;

Os **concursos de docentes** vinham respeitando genericamente a graduação profissional resultante da classificação académica e do tempo de serviço prestado e constituíam uma garantia de alocação de docentes feita de acordo com as necessidades das escolas.

Os **trabalhadores não docentes** continuam a ser, em termos globais, insuficientes para garantirem os serviços de apoio nas nossas escolas e muitos vivem desnecessariamente situações de angústia em resultado da precariedade da sua situação laboral.

Hoje estes três factores que eram no passado de segurança estão claramente postos em causa, como foi visível nos últimos meses.

Por outro lado, **o Ministério da Educação revelou total incapacidade de resposta à necessidade de lançar programas de emergência e de efeitos rápidos em relação a problemas estruturais da sociedade portuguesa.**



# Conferência de Imprensa da FNE

12 de Setembro de 2007

Com efeito, a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar – que deveriam ser as primeiras prioridades do Ministério da Educação – não vêm acontecer mais do que a continuação dos ritmos de mudança expectáveis, mesmo que nada fosse feito pelo poder político.

**Os resultados escolares são insuficientes e o abandono escolar tarda em descer significativamente, aproximando-se dos níveis médios da União Europeia** (vista a 15, a 25 ou a 27), sendo duvidoso que se atinjam os níveis médios definidos nos programas de evolução da sociedade na UE.

O Ministério da Educação – e o Governo em geral – manifestaram uma profunda **insensibilidade** em relação ao drama do nível de desemprego de licenciados para a docência, desvinculando-se das suas responsabilidades, em vez de assumirem o protagonismo na definição de políticas activas de emprego para eles, como aliás para o excessivo nível de desemprego no nosso país.

Mesmo as medidas a que o Ministério da Educação se encarregou de dar publicidade bastante, como o reordenamento da rede escolar, ou a escola a tempo inteiro estão longe de conseguirem leituras totalmente positivas.

Em muitos casos, o encerramento de escolas não foi antecedido pela preparação das escolas de acolhimento com os recursos físicos e humanos necessários a que todos sentissem que se estava a caminhar no sentido da melhoria das condições educativas.

Também o lançamento das actividades de enriquecimento curricular não acautelou que os respectivos responsáveis tivessem formação adequada – a nível científico ou pedagógico - para trabalharem com as crianças que lhes são confiadas.

O Estatuto da Carreira Docente, imposto pelo ME aos docentes portugueses sem ter em linha de conta os avisos responsáveis que as organizações sindicais lhe fizeram em tempo oportuno, está a deparar com as dificuldades de operacionalização para que a FNE tinha alertado: a alteração dos grupos de recrutamento está a instalar a confusão em termos de distribuição do serviço lectivo, com claro prejuízo para o aproveitamento dos recursos humanos de que as escolas já dispõem; a completa desarticulação entre a operação de determinação de professores titulares e as necessidades concretas de cada uma das escolas portuguesas está a provocar problemas de relacionamento interno desnecessários; a clivagem imposta aos docentes portugueses assenta em injustiças gritantes que têm tradução em situações de difícil



# Conferência de Imprensa da FNE

12 de Setembro de 2007

gestão; a verificação de que existem números elevados de horários completos por atribuir, sem que se encontre justificação clara para tais situações.

**É neste contexto que a FNE, perante desafios tão importantes, define um programa intenso de actividades que têm em linha de conta os sectores público e privado, desde a educação pré-escolar ao ensino superior. Entre outras, identificamos as seguintes prioridades:**

- ▶ Procurar que a regulamentação do Estatuto da Carreira Docente não agrave as determinações negativas que dele já constam, impondo que no próximo concurso a professores titulares – a decorrer em 2008 - se prevejam medidas transitórias destinadas a docentes do 10º escalão que no concurso de 2007 foram ultrapassados por docentes dos 8º e 9º escalões, aumentando ainda o número de vagas para esta categoria;
- ▶ Manter a exigência de revisão do ECD imposto aos docentes portugueses, especialmente nas matérias mais gravosas;
- ▶ Exigir a revisão do Decreto-Lei nº 184/2004, e a implementação da carreira de Assistentes de Acção Educativa em condições de paridade com idêntica carreira das Câmaras Municipais;
- ▶ Prosseguir uma acção intensa com vista ao estabelecimento do **subsídio de desemprego** para os Trabalhadores portugueses - docentes do ensino superior e trabalhadores em contrato administrativo de provimento - que a ele ainda não têm acesso
- ▶ Bater-se pelo reforço dos Psicólogos Educativos nas escolas, particularmente como forma de prevenção/deteção de situações com alunos problemáticos;
- ▶ Exigir a criação da carreira de Enfermeiro(a) Escolar em cada Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada;
- ▶ Contribuir com propostas concretas para a definição de mecanismos de **compensação do desgaste profissional**;
- ▶ Lutar pela determinação de um **regime fiscal próprio** que contemple, ao nível das deduções específicas, as despesas realizadas com a formação (inscrições, propinas, emolumentos), despesas realizadas com as viagens para e do local de trabalho, despesas realizadas com aquisição de equipamentos e materiais desgastáveis necessários à preparação das aulas e das actividades a desenvolver;
- ▶ Acompanhar e intervir na negociação dos diplomas que vão regular o funcionamento do **ensino superior**, com referência específica aos estatutos de carreiras docentes, ao modelo de financiamento, ao regime de acção social escolar, ao estatuto do ensino particular e cooperativo;
- ▶ Contribuir para a **promoção de uma verdadeira escola inclusiva**, onde todos os distúrbios de aprendizagem são acompanhados devidamente e onde é prioritária a promoção do sucesso educativo,



# Conferência de Imprensa da FNE

12 de Setembro de 2007

incluindo, para além da revisão dos conteúdos programáticos, a **criação**, nos Agrupamentos de Escola, de **lugares de Promoção do Sucesso Educativo**, a serem preenchidos por Docentes com pelo menos 20 anos de serviço, e que a eles concorram voluntariamente, com o objectivo de apoiarem os Docentes das escolas de 1º e 2º ciclos, nas tarefas de acompanhamento dos alunos, na realização dos “trabalhos de casa” e na superação de dificuldades detectadas;

► Contribuir para a definição de um **quadro legal responsabilizador para as Famílias/Encarregados de Educação em relação às atitudes e comportamentos dos alunos**, particularmente no que se relacionar com o respeito pela disciplina interna das escolas e pela autoridade de docentes e não docentes, facilitando nomeadamente o **relacionamento dos encarregados de educação com as escolas**, através de diploma legal que considere obrigatórias e justificadas as faltas dos Trabalhadores Encarregados de Educação, pelo tempo estritamente necessário para o efeito, e por seis vezes em cada ano lectivo.

► Promover a identificação e inventariação do elenco das **doenças profissionais** ligadas aos Trabalhadores da Educação.

► Promover a **diminuição das condições favorecedoras do stress laboral**, nomeadamente através de:

- redução e simplificação de tarefas burocráticas que crescentemente têm vindo a ser atribuídas aos docentes;

- exigência do respeito pelo cumprimento – ainda que com flexibilidade - dos horários dos docentes, evitando-se todas as situações de sobrecarga a que se tem vindo a assistir.

► Melhorar o funcionamento dos Centros de Emprego, os quais devem assumir uma atitude positiva de relacionamento com as empresas e de satisfação das expectativas de emprego dos mais qualificados, nomeadamente os licenciados.

## **É neste sentido que a FNE desenvolverá as seguintes acções:**

► Utilização de todos os mecanismos previstos na negociação colectiva para impedir o não cumprimento das normas legais estabelecidas e o respeito devido aos Trabalhadores;

► Celebração do Dia Mundial do Professor (5 de Outubro), com iniciativas que reforcem o princípio de que “Melhores condições de Trabalho para os Docentes são melhores condições de aprendizagem para os alunos”;

► Celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (24 de Novembro), exigindo a revisão do respectivo regime jurídico;

► Realizar uma série de conferências nacionais sectoriais, para mobilização dos respectivos trabalhadores e para identificação de propostas de negociação.



# **Conferência de Imprensa da FNE**

**12 de Setembro de 2007**

**A FNE não deixará de recorrer a todas as formas de luta que estão ao dispor dos Trabalhadores e das suas organizações sindicais, sempre que os processos negociais laborais entrarem em situação de impasse ou ruptura que demonstre a ineficácia dos restantes instrumentos legais existentes.**

Porto, 12 de Setembro de 2007